

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2022 a 31/03/2022

Indexação: “queimada” or “incêndio florestal” or “incêndio”

Documento 1/3

13.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/03/2022-22:24
Publ.: 3/10/2022 -	DCD LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Conquista do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados de 2021, pelo projeto Engolindo Fumaça sobre os efeitos da poluição provocada pelas queimadas na saúde da população amazônica.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEO DE BRITO.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, idealizado pela Agência InfoAmazonia, o projeto Engolindo Fumaça foi um dos vencedores do Prêmio Claudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados 2021. O projeto se baseia em uma série de reportagens especiais e conta com a participação de três jornalistas acreanos: o repórter Leandro Chaves, que assina duas das cinco matérias; e os fotógrafos Ramon Aquim e Dell Pinheiro.

Foram analisados, nas matérias, os efeitos da poluição do ar causada pelas queimadas sobre a saúde da população que vive na Amazônia Legal brasileira durante a pandemia da COVID-19. A cobertura utilizou dados de diversas fontes para verificar o agravamento das queimadas no ano de 2020 e contou com consultoria científica da Universidade Federal do Acre e do Observatório Clima e Saúde, do ICICT/FIOCRUZ.

O júri do prêmio, que selecionou um total de cinco iniciativas brasileiras de jornalismo de dados, destacou algumas características do projeto, como o levantamento e a análise das correlações entre o meio ambiente e a saúde no âmbito da pandemia, a interdisciplinaridade da

equipe envolvida, os métodos e os formatos de visualização utilizados na reportagem.

Este projeto mostrou a importância, a força e, conseqüentemente, o êxito de ações que tenham a parceria de instituições de pesquisa e dos segmentos da sociedade comprometidos com o bem-estar da sociedade.

Por isso, quero parabenizar todos os envolvidos neste projeto, pelo belíssimo e importante trabalho desenvolvido, que nos possibilitou uma visão dos impactos sofridos pela população amazônica em consequência das queimadas, num momento tão complexo como o da pandemia da COVID-19. Parabênzo, em especial, meus conterrâneos pesquisadores e jornalistas acreanos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o presente discurso seja aceito como lido e divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 2/3

22.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	23/03/2022-14:56
Publ.: DCD 3/24/2022 -	- MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Desqualificação dos Ministros da Educação nomeados pelo Presidente da República. Denúncia de corrupção no âmbito da Pasta da Educação.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, com tristeza, eu constato que o Governo Bolsonaro tem conduzido o País de barbaridade em barbaridade, negando, na área da saúde, o combate à pandemia e, inclusive, a própria vacinação; promovendo, na área de meio ambiente, o dia D das queimadas, garantindo a impunidade de grileiros e sucateando os órgãos ambientais; mantendo, na área dos combustíveis, a dolarização e continuando o processo de fatiamento da

PETROBRAS. E a educação, infelizmente, não ficou à parte nesse esquema de governo nefasto, que está desconstruindo o nosso País.

Como professor universitário, eu me valho do estudo e também da memória. Procuo conhecer o currículo dos Ministros, e não encontrei, considerando qualquer época da nossa história, Ministros tão desqualificados, indicados pelo Presidente da República, para conduzir uma Pasta tão importante como o Ministério da Educação. Antes, era ocupado por pessoas que tinham um currículo. Muitas vezes defendiam ideias com as quais eu não concordava. Mas havia ali um critério técnico que fundamentava a nomeação do Ministro. Depois, Ministros preferiram ideologizar a gestão do Ministério, preferiram uma doutrina que vê com desconfiança a universidade, a educação, vê com desconfiança o ambiente de liberdade e de criatividade que deve caracterizar o mundo da educação.

Agora, além de incompetência extrema, existe corrupção no âmbito do Ministério da Educação. Há ordem para atender aos amigos. E o Ministro, num descuido, deixou vaziar o nome de um dos amigos: Gilberto. Gilberto estava tão à vontade que nem se furtou a falar, perante testemunhas, sobre um pedido de 15 mil reais para que fosse protocolado um processo no Ministério. Deve ser um protocolo de diamante, não só de ouro. Haveria mais dinheiro quando o recurso fosse garantido e depois ainda haveria uma barra de ouro.

Não é esse comportamento, Sr. Presidente, colegas Deputados, que se espera de lideranças religiosas, de líderes de quaisquer religiões, que cuidam de assuntos importantes como dignidade humana, consolo relativo ao drama da morte biológica. Aquele comportamento não é o que se espera de um Ministro da Educação, que tem a responsabilidade de conduzir a formação inclusive de nossas crianças. Também não é o que se espera do Presidente da República, que ocupa o cargo mais nobre da nossa República, tem a missão de conduzir o nosso País no enfrentamento dos graves problemas e na busca de melhores dias.

Aquele rumo não é o caminho para o Brasil. Precisamos de um caminho de paz, de tolerância e de trabalho.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Publ.: DCD
3/31/2022 -

JOENIA WAPICHANA-REDE -RR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido aos órgãos competentes de providências a respeito da invasão, por garimpeiros, de Unidade Básica de Saúde Indígena - UBSI, no Estado de Roraima. Defesa de rejeição do Projeto de Lei nº 191, de 2020, sobre a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em terras indígenas. Julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ações em defesa do meio ambiente.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu subo a esta tribuna para registrar mais uma denúncia que venho recebendo do povo indígena ianomâmi no meu Estado de Roraima.

Foi-me encaminhado ontem um relatório de visita a uma UBSI. Para quem não conhece a comunidade indígena, existe um posto de saúde que se chama Unidade Básica de Saúde Indígena dentro das áreas indígenas. No relatório, constava a denúncia de que a 10 metros apenas terras estão sendo tomadas por invasões de garimpeiros.

É lamentável que essa situação tenha chegado ao ponto de que criminosos, pessoas que invadem terras indígenas em busca de ouro e de minérios, que é considerada na nossa legislação brasileira uma atividade ilegal e criminosa, estejam se utilizando de um posto de saúde da comunidade indígena para atender essas pessoas que estão de forma ilegal poluindo os rios com mercúrio, levando o conflito armado. É simplesmente um ato público.

Sra. Presidente e demais Parlamentares, o Estado brasileiro não pode concordar nem se omitir diante de tamanha gravidade.

Então, estou encaminhando o caso oficialmente ao Ministro da Justiça, à Procuradoria-Geral da República e aos órgãos responsáveis para que tomem providências imediatas.

É por isso que estamos nos manifestando contra o PL 191. Várias atividades, ao longo do tempo, têm promovido agressões às terras indígenas, com invasões que provocam danos não só ambientais, mas também sociais. É importante colocar aqui de forma bem clara que os povos indígenas não têm recebido nada em relação a essas atividades de mineração e de garimpo. Pelo contrário, têm sofrido e pagado com a

própria vida.

Também quero informar aqui, Sras. e Srs. Parlamentares, que hoje estão na pauta do Supremo sete ações. Essas sete ações têm o objetivo de promover justiça ambiental. São elas: a ADPF 760; a ADPF 651; a ADO 54; a ADO 59; a ADPF 735; a ADI 6.148; e a ADI 6.808. Essas ações que estão no Supremo Tribunal Federal visam, de diversas formas, reverter o retrocesso que o Governo Bolsonaro trouxe para a questão ambiental, para justamente garantir a participação da sociedade nos conselhos. E elas também têm o objetivo de combater os desmatamentos e as queimadas e de trazer justiça ambiental para o nosso País.

Sra. Presidente, eu gostaria que meu discurso fosse incluído nos meios de comunicação desta Casa, para que a população brasileira acompanhe as decisões do Supremo Tribunal Federal diante da gravidade dessa situação por que passamos aqui em nosso País, tendo que buscar na última instância do Judiciário justiça ambiental para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sra. Presidente.
